



## Os sentidos do Apagão em Florianópolis: a questão da memória no rádio<sup>1</sup>

Helena Iracy Cerquiz SANTOS NETO<sup>2</sup>  
Universidade do Sul de Santa Catarina, Palhoça, SC

### RESUMO

A constituição da memória e do espaço urbano nos estudos midiáticos e de linguagem é a proposta desta pesquisa, que busca trabalhar a reportagem radiofônica a partir da análise do acontecimento social denominado Apagão, na parte insular de Florianópolis em 2003, e a respectiva cobertura pela Rádio CBN Diário, do Grupo RBS (Rede Brasil Sul). A Ilha ficou sem luz por quase três dias, em um blecaute elétrico e midiático. Tendo como interesse entender os sentidos outros produzidos, sua opacidade em virtude do inusitado, por ter sido o primeiro – e único – Apagão na Ilha, este constitui-se em um acontecimento interessante para estudar a memória mobilizada durante a cobertura jornalística e ainda como o rádio constrói o imaginário de cidade, tentando compreender o próprio funcionamento do rádio como meio de comunicação de massa.

**PALAVRAS-CHAVE:** rádio; Florianópolis; Apagão; memória; análise de discurso.

### INTRODUÇÃO

A rádio CBN Diário foi tida como a heroína do Apagão em Florianópolis/SC pelo serviço prestado à população, ao vivo, de forma praticamente ininterrupta. Fazendo parte do rol das mídias tradicionais, tais como o jornal e a televisão, o rádio funciona em geral a partir de um âncora<sup>3</sup> – o que não foi diferente no Apagão. Como afirma Lévy (1999), a comunicação de massa é sobrepujante no dispositivo *um-todos*, em que um jornalista apresenta as notícias a um público passivo; o telefone engloba o dispositivo de ponto a ponto, ou seja, *um-um*; por sua vez, a cibercultura funciona a partir do *todos-todos*, em que há comunicação em rede. Vale ressaltar que a convergência, como postula Jenkins (2009) não é a união de múltiplas funções dentro dos mesmos aparelhos, ou seja, é mais do que afirmar que os meios estão todos unidos e sendo retransmitidos na/pela internet. O autor (IDEM, p. 27- 28) discute que a “[...] convergência representa uma transformação cultural, à medida que consumidores são incentivados a procurar novas informações e fazer conexões em meio a conteúdos midiáticos diversos”, resultando em um novo sistema de mídia. E a virada

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado no DT04 – Comunicação Audiovisual do XIII Congresso de Ciências da Comunicação na

<sup>2</sup> Professora do Curso de Comunicação Social do Campus Grande Florianópolis. Doutoranda do PPGCL (Programa de Pós-Graduação em Ciências da Linguagem) da UNISUL.

<sup>3</sup> O termo âncora origina-se no telejornalismo; designa o apresentador do programa jornalístico que se posta como um mediador).



de século propiciou novos olhares tanto aos meios de comunicação em virtude do amplo alcance das novas tecnologias como nos estudos de linguagem. Exemplo disto é o fim da dicotomia entre linguagem verbal e não-verbal em análise de discurso em que o sentido é produzido na ordem do discurso e não somente da língua.

Dentro dessa conjuntura, buscamos trabalhar o meio radiofônico em sua especificidade material sonora tanto de natureza simbólica como histórica. Assim, propomo-nos<sup>4</sup>, a tomar o caso Apagão para, a partir dele, construir uma análise abrangente, uma vez que se trata de um acontecimento social que passou a ser tomado como um grande acontecimento jornalístico a partir da cobertura radiofônica que recebeu. Neste contexto, a análise de discurso<sup>5</sup> de filiação francesa faz-se pertinente como justificativa teórica por permitir entender a discursividade que permeia as relações sociais e, sobretudo, perceber com os gestos de leitura (inclusive do analista) como os sentidos se formam, movimentam-se e transformam-se para que se possa compreender melhor a sociedade na qual estamos inseridos como sujeitos discursivos que somos. O gesto de análise permitirá estudar o meio radiofônico em relação às noções de urbanidade e de cidadão contemporâneo próprios da cultura da convergência em uma situação de um acontecimento social inusitado. O foco desta pesquisa constitui-se no entremeio do Jornalismo com a AD. Por isso, parafraseando Sargentini (2000, p. 1),

[...] a inscrição da historicidade na linguagem dá-se por meio de processos discursivos que perpetuam e cristalizam a memória de uma época. Esses processos estão na base das relações interdiscursivas que constituem os discursos. A análise desses efeitos permite a leitura da inter-relação entre textos e a leitura da História que se inscreve nesses textos.

É justamente essa relação que pretendemos investigar, mobilizando o conceito de memória, em confronto com o acontecimento jornalístico, e ainda como se dá a relação do urbano na mídia, mais especificamente como a mídia rádio constrói o imaginário de cidade, tentando compreender o próprio funcionamento do rádio enquanto meio de comunicação de massa.

## **1. MÍDIA E MEMÓRIA**

---

<sup>4</sup> Este artigo baseia-se no projeto de tese defendido no Doutorado do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Linguagem da Universidade do Sul de Santa Catarina – PPGCL/UNISUL –, sob orientação da Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Solange Leda Gallo.

<sup>5</sup> Doravante AD.



Faz parte da produção jornalística remeter-se ao já dado para o noticiar. Dentre as várias teorias do jornalismo, a do Espelho ainda predomina na grande mídia brasileira, produzindo um efeito de objetividade a favor da política da empresa. Ser um jornalista objetivo e imparcial ainda é a orientação básica dos manuais de redação, como por exemplo o da Folha de São Paulo. Vizeu (2003, p. 5) explica que

[...] O *ethos* dominante, os valores e as normas identificadas, que situam o jornalista como uma espécie de juiz da realidade, os procedimentos identificados com o profissionalismo, fazem com que os profissionais rejeitem qualquer ataque à Teoria do Espelho porque, em última análise, ela colocaria em xeque a legitimidade e a credibilidade de, no desempenho da profissão, serem fiéis reprodutores da realidade.

O jornalista, ao acreditar ser um produtor fiel da notícia a partir dos fatos relatados, de lidar no cotidiano da profissão com a busca da verdade, fica exposto ao equívoco da língua, porque, segundo Pêcheux (2008, p. 53),

[...] todo enunciado é intrinsecamente suscetível de tornar-se outro, diferente de si mesmo, se deslocar discursivamente de seu sentido para derivar para um outro (a não ser que a proibição da interpretação própria ao logicamente estável se exerça sobre ele explicitamente). Todo enunciado, toda sequência de enunciados é, pois, linguisticamente descritível como uma série (léxico-sintaticamente determinada) de pontos de deriva possíveis, oferecendo lugar à interpretação.

Os estudos atuais de Jornalismo rejeitam a Teoria do Espelho. A Teoria do *Newsmaking*, que aborda a produção da notícia em uma escala industrial, em que há uma empresa por detrás da notícia e um editor para selecionar o que será publicado, o que virá a ser notícia, confronta a Teoria do Espelho em que o jornalista é um ser imparcial e comprometido com a verdade. Verdade de quem? Se por um lado a ideologia faz com que certos sentidos sejam naturalizados como únicos e permitidos no discurso em geral, e no discurso jornalístico em particular, também é possível que outros sentidos sejam silenciados e interditados quando se tem a ilusão de espelhar ou de ajudar a produzir essa realidade a partir da notícia. Para Wolf (1985), na Teoria do *Newsmaking* o repórter ajuda a construir a realidade porque está incorporado à produção industrial da notícia, de acordo com a seleção previamente já determinada pelas agências de notícias, servindo aos interesses do capital dominante. Ou seja, o que se veicula sempre silencia o que poderia ter sido notícia. Por isso, o silêncio fundador



indica que o sentido das palavras sempre pode ser outro. A esse silêncio podemos somar outro, o silêncio local, no qual certos dizeres são proibidos e censurados, e ainda na forma mais radical, o silêncio constitutivo em que para dizer é preciso silenciar, como explica Orlandi (1999). Ela (2006b, p. 263) ainda declara que “[...] o silêncio, tanto quanto a palavra, tem suas condições de produção; por isso, dada a diversidade dessas, o sentido do silêncio varia, isto é, ele é tão ambíguo quanto as palavras”. As condições de produção da imprensa brasileira favorecem esse efeito de objetividade tão arraigado na mídia nacional.

Desde os primórdios da imprensa no Brasil, o discurso jornalístico esteve atrelado ao discurso institucional, quer seja no período da Imprensa Régia ou na atualidade, com a empresa comunicacional. A legitimação da imprensa como instituição aconteceu contemporaneamente ao período em que foi formalizado um sujeito jurídico ocidental e foi firmada a concepção predominante de linguagem verbal como instrumento de comunicação (MARIANI, 1999). É principalmente durante o século XIX que se firma uma identidade para a imprensa enquanto instituição, estabelecida a partir da formulação do discurso jurídico. Mais tarde, o pós-guerra também serviu para rever a circulação de notícias, sobretudo após a Teoria da Bala Mágica em que se verificou o poder manipulador da propaganda durante a Segunda Guerra Mundial como parte dos esforços para arregimentar soldados à frente de batalha. A Teoria da Bala Mágica, também conhecida como Teoria da Agulha Hipodérmica e chamada por alguns como Teoria da Correia de Transmissão, é basicamente postulada em cima do estímulo-resposta, como explicam DeFleur e Ball-Rocheach (1993). Por causa dos quase sessenta milhões de vítimas e de muita manipulação de informações, seja pela publicidade ou pelo jornalismo atravessado fortemente pelo discurso publicitário, a Organização das Nações Unidas também serviu como instituição legitimadora à imprensa quando, em 1948, sancionou o direito à informação, destacado na Declaração Universal dos Direitos Humanos.

Mariani (1999) propõe que o funcionamento do discurso jornalístico é regido por relações sociais jurídico-ideológicas responsáveis por conservar certas informações em circulação, colaborando à manutenção dessas mesmas relações. Em outras palavras, a imprensa constituiu-se por uma norma identificadora, resultante da aplicação da lei. Porém, esse discurso jurídico-político apaga-se na história da imprensa e passa a ser internalizado (autocensura), representado sob a evidência, como se fosse desde sua constituição sempre assim. Com a Era Vargas, nos anos de 1930, entra em



vigor uma nova imprensa, intitulada de imprensa empresarial, voltada à comercialização. A empresa jornalística passou a ser vista como um investimento atraente, fazendo do jornalismo uma atividade-meio. É uma mudança nas instâncias de poder e na forma de construção da notícia jornalística. Contudo, essa mudança não altera totalmente o caráter de doutrinação política exercido pelos jornais pequenos que circulavam no mesmo período. A consolidação desse sistema de comunicação veio nos anos oitenta do século passado; portanto, menos de trinta anos atrás, ensejando as indústrias jornalísticas, como é o caso do Grupo Abril, da Rede Globo etc.

O resultado desse trabalho do discurso jornalístico é a própria definição do que é notícia para a imprensa. A concepção de notícia como um relato de fatos ou de acontecimentos atuais, de interesse e importância para a comunidade e capaz de ser compreendido pelo público, faz acreditar que a linguagem permite ter uma relação direta com a realidade e com o sentido literal. Ou seja, o relato de fatos ou acontecimentos, características próprias da Teoria do Espelho retratada acima e que ainda é praticada ao longo do país, produz a ilusão de se ter uma via de comunicação que vai sempre se concretizar, porque será capaz de ser compreendida pelo público. Todavia, essa forma de agir e de produzir notícia assemelha-se ao discurso pedagógico, em que o professor é autoritário ao deter (e por vezes reter) o conhecimento, tornando-o “dono do dizer”. O professor passou a ser incontestável porque o que ele diz é verdade absoluta, impossibilitando o discurso polêmico, ou seja, impossibilitando contestações. Se as houver, o professor faz uso de suas “estratégias didático-pedagógicas”: comumente as temidas provas, em que o aluno deve provar que sabe o que o professor quer ouvir ou ler, ao invés de ser avaliado pelo processo de ensino-aprendizagem e capacidade de arguir e discernir o conteúdo em questão.

O discurso autoritário, no qual se inscreve o professor na posição-sujeito da formação discursiva pedagógica – e que se assemelha ao discurso jornalístico –, produz o efeito de sentido de “dono da verdade” e de “dono do dizer” equivocadamente, apesar de sabermos que, com isso, controla a polissemia. Equivocadamente, porque, como afirma Malidier (2003, p.96), o percurso de Michel Pêcheux trouxe à tona “[...] algumas ideias tão simples quanto insuportáveis: o sujeito não é a fonte do sentido; o sentido se forma na história através do trabalho da memória, a incessante retomada do já- dito; o sentido não pode ser cercado, ele escapa sempre.”

E nessa busca pelo controle dos sentidos, de acordo com Mariani (1999), há dois modos de se construir notícia utilizados pelo fazer jornalístico devido a duas



situações específicas: o que é inusitado, portanto, sobre o que ainda não há memória; e o possível, previsível, que remete a algo que já aconteceu com certa semelhança, logo, já formou uma memória. Por sua vez, para cada tipo de memória há um efeito de sentido e, conseqüentemente, um efeito-leitor. Sempre que lemos, sabemos que o sentido pode ser outro, como afirma Orlandi em vários de seus textos. A leitura a partir de formas diferentes de memória produzem “[...] diferenças no circuito constituição/formulação/circulação” (ORLANDI, 2010, p. 10) em virtude da interpretação imbricada, carregada de ideologia.

Para construir o discurso jornalístico, pode-se buscar na memória discursiva um já-dito, ou quando o acontecimento não remete à memória é necessário que se crie uma a partir de tal. Segundo Pêcheux (1988, p. 54),

[...]é neste ponto que se encontra a questão das disciplinas de interpretação: é porque há o outro nas sociedades e na história, correspondente a esse outro próprio ao linguajeiro discursivo, que aí pode haver ligação, identificação ou transferência, isto é, existência de uma relação abrindo a possibilidade de interpretar. E é porque há essa ligação que as filiações históricas podem-se organizar em memórias, e as relações sociais em redes de significantes.

Isso acontece porque o jornalismo atua, simultaneamente, em situações temporais, as quais “[...] capta, transforma e divulga [...] o presente – ao mesmo tempo em que organiza um futuro – as possíveis conseqüências desses fatos do presente – e, assim, legitima, enquanto passado – memória – a leitura desses mesmos fatos do presente, no futuro” (MARIANI, 2003, p. 33). A autora enfatiza que não se trata de um jogo de palavras, mas que o discurso jornalístico integra o processo histórico do que será lembrado no futuro. Ela (IBIDEM) destaca que

[...] analisar o discurso jornalístico é considerá-lo do ponto de vista do funcionamento imaginário de uma época: o discurso jornalístico tanto se comporta como uma prática social produtora de sentidos como também, direta ou indiretamente, veicula as várias vozes constitutivas daquele imaginário. Em suma, o discurso jornalístico (assim como qualquer outra prática discursiva) integra uma sociedade, sua história. Mas ele também é história, ou melhor, ele está entranhado de historicidade.

Sinteticamente, Orlandi (2011) afirma que memória de arquivo é aquela institucionalizada, apresentada acima a partir da contribuição de Mariani; a memória discursiva ou interdiscurso, que é histórica, aquela do tempo, do esquecimento, há



inscrição histórica; a metálica, por sua vez, é a memória numérica, que soma, própria da mídia. A autora (2010) rememora que o comum, ao se falar em digital, é falar em redes, próprio do movimento da cibercultura. Própria do meio digital e eletrônico, a memória metálica, é “[...] técnica, não produz redes em profundidade, mas serialização na/de superfície. Repetição e quantidade, em sua forma binômica” (IDEM, p. 9).

Na memória metálica não há equívoco: ela se organiza por significantes; não há falha, não há esquecimento (tudo o que já foi postado, está lá), por isso nada é esquecido, ou seja, a memória metálica é uma memória de pura matemática, o sentido é outro; não chega a se inscrever discursivamente porque não possui elementos históricos (GALLO, 2011a). Portanto, na memória metálica há

[...] relações que são estabelecidas pelo “sujeito mediador”, entre os acontecimentos sociais “presentes” e uma determinada memória, eleita para servir de sustentação para a compreensão do novo “fato”. Geralmente essa memória é evocada a partir de outras “matérias” já publicadas anteriormente, o que confere um efeito de “legitimidade auto-referencial” ao novo “fato”, já que ele se mostra enquanto continuidade, e por isso mesmo, legítimo (GALLO, 2011b, p. 1).

Quando voltamos nosso gesto de leitura ao discurso eletrônico, temos a memória da máquina, produzida pela mídia, pelo constructo técnico, como a define Orlandi (2006a, p. 5):

[...] Sua particularidade é ser horizontal (e não vertical, como a define Courtine), não havendo assim estratificação em seu processo, mas distribuição em série, na forma de adição, acúmulo: o que foi dito aqui e ali e mais além vai-se juntando como se formasse uma rede de filiação e não apenas uma soma. Quantidade e não historicidade. [...] Qualquer forma de memória tem uma relação necessária com a interpretação (e, conseqüentemente, com a ideologia.). Aliada a questão da memória está o fato de que a forma material que é o texto mexe com a natureza da informação, produz efeitos sob o modo como ela funciona. A natureza do significante (diferentes linguagens) intervém na produção do objeto e este objeto, por sua vez, constitui o modo de significação deste gesto simbólico. [...] Como tenho dito, há uma abertura do simbólico e as diferentes linguagens, as diferentes materialidades significantes atestam esta abertura pela suas distintas formas de significar produzindo seus efeitos particulares. [...] Da perspectiva discursiva, o que há na relação dessas formas materiais significantes distintas certamente não é simples adição. É uma relação muito mais complexa e que aguarda explicitação.

Por meio da memória, estabelecem-se as formações discursivas, que



definem o que pode e deve ser dito em um determinado acontecimento. Para preservar esse *status* através da circulação de determinadas informações, o discurso jornalístico produz a ilusão de ser neutro, imparcial onde só se mostram fatos que falam por si. Contudo, ele se apresenta de forma autoritária, cabendo a ele a função de “transmitir dizeres”. Assim, esse discurso, visto como autoritário, pode ser considerado de poder atuante em um processo hierárquico que faz com que os sujeitos não questionem essa ou aquela “notícia” em virtude da forma de construção do sujeito-leitor nesse discurso não prever reversibilidade.

Esse jornalismo dado como uma instituição discursivamente “livre e independente” busca silenciar outros modos de relatar os fatos estabelecendo um sentido único, dominante. Nesse tipo de discurso, a posição do sujeito-autor é pré-determinada, resultado da hierarquia existente, fazendo com que, ao receber informação, automaticamente eleja-se o que de fato é necessário e de utilidade, enquanto que ao sujeito-leitor cabe a tarefa de não questionar as verdades. Consequência disto é a posição de ouvinte passivo e não a de um interlocutor. Durante o Apagão o ouvinte interagiu com os comunicadores assumindo uma nova posição-sujeito, diferente daquela de ouvinte passivo clássico.

Entretanto, faz parte da prática da profissão de jornalista, como de todo discurso, a ilusão primeira de estar na origem do dizer e, neste caso, de acreditar na própria imparcialidade ao divulgar a notícia. O que não se pode esquecer é que os jornais trabalham construindo modelos de compreensão/explicação da realidade, colocando sentidos onde interessa. Enfim, compreender a imprensa é “compreender que o discurso jornalístico, o poder, os efeitos de evidência e a produção de sentidos estão de fato interligados” (MARIANI, 1999, p. 60). Em outras palavras, o mito da informação jornalística vigora por causa de outro mito: o da comunicação linguística, que dá legitimidade ao discurso dito neutro e imparcial do jornalismo.

O jornalista busca o furo, não o furo discursivo, da falha, do equívoco, mas o furo jornalístico, ou seja, ser o primeiro a noticiar o acontecimento jornalístico que pode ser considerado como “[...] a noticiabilidade no seu nível enunciativo-jornalístico, que apresenta um fato/evento/sujeito como novidade contedística” (PIMENTEL, 2011, p. 6). E se, além de ser o primeiro, sua matéria chegar a ser um acontecimento histórico, vale muito a pena veiculá-la. Tomamos aqui o sentido de acontecimento de Pêcheux (2008, p. 17), “[...] no ponto de encontro de uma atualidade e uma memória”, no sentido, como o próprio autor (IDEM, p. 56) postula, de que



[...] só por sua existência, todo discurso marca a possibilidade de uma desestruturação dessas redes e trajetões: todo discurso é o índice potencial de uma agitação nas filiações sócio-históricas de identificação, na medida em que ele constitui ao mesmo tempo um efeito dessas filiações e um trabalho (mais ou menos consciente, deliberado, construído ou não, mas de todo modo atravessado pelas determinações inconscientes) de deslocamento no seu espaço: não há identificação plenamente bem sucedida, isto é, ligação sócio-histórica que não seja afetada, de uma maneira ou de outra, por uma “infelicidade” no sentido performativo do termo – isto é, sobre o *outro*, objeto da identificação.

Uma série de encadeamentos de formações discursivas podem levar à criação de um novo acontecimento. Este, por sua vez, desestabiliza as formações discursivas anteriores e, sobretudo, a dominante, chegando ao limite máximo e criando, por conseguinte, uma nova formação discursiva a partir de um determinado acontecimento. A Rádio CBN Diário foi para a história do jornalismo local como a rádio que cobriu o Apagão. Ainda não sabemos se o acontecimento social gerou um acontecimento discursivo, é necessário o gesto de análise para tal. Acreditamos ter sido um acontecimento jornalístico que, por si só, já justifica esta pesquisa porque, como declara Mariani (2003, p. 43), “[...] também pudemos perceber que o discurso jornalístico não é uma totalidade absolutamente encerrada em si mesma. Ele apresenta fissuras, espaços de resistência onde outros sentidos podem emergir”. Também porque, segundo Orlandi (2003, p. 14), “são os fatos que reclamam sentidos, daí sua historicidade”.

## 2. MÉTODO DE ANÁLISE

A AD possui dispositivo teórico e analítico próprio, caucado no materialismo histórico, mas não somente, pois é baseada na tríade do marxismo, da linguística e da psicanálise. É uma teoria materialista histórica, que trabalha, segundo Domitrovic (2011, p. 7),

[...] com a materialidade da linguagem em seu aspecto linguístico e também em seu aspecto histórico, propõe-se exatamente a desconstruir a evidência pela explicitação dos modos de produção dos dados. Para tanto, não trabalha com as evidências em si. [...] A própria língua é concebida no processo histórico-social, sendo que o sujeito e o sentido estão a ele atrelados.

Essa visão materialista não estuda o homem, mas “[...] um sujeito descentrado, constituído e atravessado pela linguagem” (BRASIL, 2011, p. 3). Por isso, conforme afirma Orlandi (2005), a AD é mais do que interdisciplinar, é uma disciplina de entremeio: ela se inspira na psicanálise (tomando o conceito de inconsciente lacaniano e o trabalhando discursivamente como o interdiscursivo e os esquecimentos n.º.1 e n.º.2), no marxismo (tendo o conceito de ideologia althusseriano como algo fundante para a AD) e na linguística (buscando justamente o furo, aquilo que falha) para se constituir enquanto campo de pesquisa. A AD está no espaço contraditório do entremeio, entre várias disciplinas sem ser exatamente nenhuma delas em virtude da ressignificação dada a elas, da sua reinscrição constante a cada nova análise.

A inserção da análise de discurso no método de pesquisa materialista ocorre porque “[...] é uma disciplina não positiva que se faz na contradição da relação entre as outras disciplinas” (SILVA, 2005, p. 287). Mazière (2007, p. 10) complementa a afirmação acima ao dizer que a singularidade da AD é garantida por “[...] uma série de exigências e de proposições, datadas, construídas, experimentadas, provindas de uma história”. Todavia, ao trabalhar a questão do sujeito e do sentido – “[...] sentido e sujeito são produzidos na história, em outras palavras, eles são determinados” (IDEM, p. 51), Domitrovic (2011, p. 3) explica que, enquanto analistas discursivos, não estamos alheios à determinação histórica e ideológica que também incide na interpretação, mas “[...] com uma sólida fundamentação teórica, temos a possibilidade de desenvolver uma leitura que trabalha o efeito de alteridade”, sabendo desse Outro lacaniano a partir do qual nos constituímos como sujeito.

Gill (2002) afirma que esse tipo de pesquisa rejeita a prática de simplesmente descrever o mundo e possui convicção da importância do discurso na construção da vida social. Para a autora, a análise de discurso envolve uma mudança epistemológica radical porque os analistas discursivos não buscam alguma realidade debaixo da linguagem, mas no texto em si, fazendo perguntas diferentes das tradicionais sociocientíficas. Domitrovic (2011, p. 3) vai ao encontro de Gill (2002) ao enfatizar que o analista não irá reduzir sua pesquisa às “[...] regras pré-existentes como exige o rigor metodológico proposto pelas metodologias experimentais”. Por isso, Brasil (2011, p. 3) complementa que o enfoque da AD é “[...] o caráter histórico da linguagem, visto que esse campo de estudo é de ruptura, implicando assim uma gama de reconsiderações dentro da linguística”.



Como a base de estudo para a construção desta pesquisa é a análise de discurso no entremeio com o jornalismo, o objeto de pesquisa é a própria linguagem. A partir do olhar à linguagem, estabelecemos um *corpus* de análise, que será apresentado a seguir.

## **2.1 Apagão na Ilha – a constituição do *corpus***

Ao início da delimitação do *corpus*, devemos salientar que em virtude da sustentação teórica ser pautada na AD, trabalhamos com os processos e não com o produto; este, na perspectiva discursiva, caracteriza-se por ser efeito de sentido. Os sentidos, por sua vez, produzem gestos de interpretação.

Para estudar esses efeitos de sentido do discurso jornalístico produzido no meio radiofônico, tomamos como *corpus* a cobertura jornalística produzida pela Rádio CBN Diário durante o Apagão assistida pelos ouvintes insulares a partir de rádios à base de pilha. Portanto, ao ouvirmos e analisarmos discursivamente essa cobertura jornalística, que engloba ao todo cinquenta e cinco horas de programação praticamente ininterrupta, será possível interpretarmos parte do funcionamento de uma época, no caso o início do século XXI, em que os ilhéus depararam-se com um acontecimento social próprio de séculos anteriores, perfazendo aí efeitos de sentido a serem analisados, bem como a produção jornalística resultante desse acontecimento e a memória desencadeada a partir dessas condições de produção que significaram e significam historicamente na sociedade.

O Apagão começou no início da tarde do dia 29 e seguiu até 31 de outubro de 2003. O blecaute foi em decorrência de um acidente em uma das galerias da Ponte Colombo Salles, que liga Florianópolis ao continente, quando técnicos das Centrais Elétricas de Santa Catarina, a CELESC, ao fazerem a manutenção da rede elétrica foram surpreendidos pela explosão de um “liquinho”, um pequeno fogareiro a gás que estava sendo usado para iluminar a obra. A consequência do acidente que, por sorte não foi fatal ao grupo, apesar de um dos técnicos ter caído no mar após a explosão, foi o rompimento de um cabo de transmissão de energia elétrica deixando a Ilha sem energia elétrica por quase três dias. O caos se estabeleceu aliado à indignação da precariedade e da vulnerabilidade da transmissão de energia elétrica à capital catarinense, que é somente via cabo pela ponte Colombo Salles, e ao imponderável de acontecer justamente quando a capital sediava o Futurecom, considerado “[...] o maior e mais qualificado Evento do setor de Comunicações da América Latina, e tem como objetivo



reunir as forças de Mercado, proporcionando às empresas e aos profissionais participantes um ambiente adequado e estimulante para o desenvolvimento de negócios, de relacionamentos e de conhecimentos” (FUTURECOM, 2011). Ainda de acordo com os dados fornecidos pelo *site* do evento, cerca de quinze mil pessoas, oriundas de quarenta países, circulavam pelos estandes do Futurecom à época.

A rádio CBN Diário prestou seu papel essencial como meio radiofônico que é, segundo Barbosa Filho (2003, p. 135), o gênero de serviço, “[...] caracterizado como informativo de apoio às necessidades reais e imediatas de parte ou de toda a população, devendo acompanhar a dinâmica dos acontecimentos e sua transitoriedade”. Mesmo sem ter a noção da gravidade do problema nas primeiras horas de queda de energia, o imprevisto, num primeiro momento e a intensa pesquisa jornalística deram o tom ao acontecimento, segundo Medeiros e Denardi (2007).

## 2.1 Recorte

Estabelecido o *corpus*, parte-se ao recorte, definido por Orlandi (1984, p. 14) como uma unidade discursiva, que são “[...] fragmentos correlacionados de linguagem-e-situação. Assim, um recorte é um fragmento da situação discursiva”. No gesto de análise, não se tem uma visão mecanicista de hierarquização, mas uma análise a partir do recorte baseada nas condições de produção, nas formações discursivas e ainda no objetivo a ser o qual se pretende alcançar com a análise.

Para a autora (IBIDEM), recorta-se porque “[...] o texto é o todo em que se organizam os recortes. Esse todo tem compromisso com as tais condições de produção, com a situação discursiva”. Se há condições de produção, temos então a possibilidade de polissemia, porque há sempre um novo efeito de sentido a cada análise. Desta forma, não se busca uma matriz da linguagem, a paráfrase, busca-se recortar “[...] na (e pela) situação de interlocução, aí compreendido um contexto (de interlocução) menos imediato: o da ideologia” (IBIDEM).

Tendo-se em vista de que há um encadeamento de sentidos que sempre remete a outros, temos como norte de pesquisa as seguintes questões: Que gesto de interpretação a mídia produz para esse acontecimento social, notadamente o rádio? Como o meio radiofônico constrói o imaginário de cidade e cidadão através de um caso exemplar, o Apagão? O que está silenciado na contextualização do acontecimento Apagão em Florianópolis?

Na análise da textualidade discursiva da cobertura jornalística do Apagão, o



foco está em compreender a construção discursiva da cidade e do sujeito-cidadão a partir do rádio, por meio da textualização/discursivização de um fato social marcante. Especificamente, objetivamos: analisar o gesto de interpretação que a mídia radiofônica florianopolitana produziu ao fazer a cobertura jornalística do acontecimento social intitulado Apagão; compreender o funcionamento discursivo radiofônico a partir da análise do Apagão; refletir sobre os sentidos de cidade e de cidadão a partir do caso exemplar, tomado aqui como *corpus* para uma análise discursiva.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os últimos dias de outubro de 2003 trouxeram o inusitado à capital catarinense, configurando o urbano em um caos na Ilha. A população insular foi remetida a uma situação própria do início do século XX, enquanto a população continental continuou com acesso ao celular e pôde acompanhar o acontecimento social transformado em acontecimento jornalístico a partir da internet e da cobertura televisiva que obteve alcance nacional à época. Foram dias em que, mesmo se estando em pleno século XXI, em que temos os meios de comunicação e seus suportes midiáticos, houve uma situação própria de veículo de comunicação social.

O meio rádio foi a quem a população buscou para se informar e se comunicar entre si, com as autoridades locais e também para ser a fonte de informação aos jornalistas. O rádio costumeiramente presta-se a esse tipo de serviço em situações de catástrofes, como, por exemplo, nas cheias catarinenses de 2010 e 2008, para citar as mais recentes. O inusitado, contudo, foi de que o Apagão não foi uma catástrofe ambiental, mas um descuido técnico que alcançou grande proporções a uma capital de Estado. Mesmo assim, muito ainda está silenciado a respeito. A partir dos gestos de leitura, os efeitos de sentidos se desfazem, ficando o analista mais exposto aos vários níveis de significação, principalmente o enunciativo. Cabe, portanto, ao analista estar atento às condições de produção do Apagão, tais como as questões sócio-históricas e ideológicas, além, é claro, do contexto imediato de enunciação. A análise desses vestígios que serão encontrados possibilitará a pesquisa dos processos discursivos existentes na cobertura jornalística do Apagão produzida pela Rádio CBN Diário.

## REFERÊNCIAS

BARBOSA FILHO, A. **Gêneros radiofônicos**: os formatos e os programas em áudio. São Paulo: Paulinas, 2003.



BRASIL, L. L. Como se formou o campo da análise de discurso no Brasil. **Entremeios**: revista de estudos do discurso. v.2, n.1, jan. 2011. Disponível em:

<<http://www.entremeios.inf.br/published/20.pdf>>. Acesso em: 15 nov. 2011.

DEFLEUR, M. L.; BALL-ROCHEACH, S. **Teorias da Comunicação de Massa**. 5. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 1993.

DOMITROVIC, M. C. K. A análise de discurso materialista e a metodologia. **Entremeios**: revista de estudos do discurso. v.2, n.1, jan. 2011. Disponível em:

<<http://www.entremeios.inf.br/published/17.pdf>>. Data de acesso: 15 nov. 2011.

FUTURECOM. **O evento**. Disponível em:

<<http://www.futurecom.com.br/2011/ptbr/evento.php>>. Data de acesso: 12 out. 2011.

GALLO, S. M. L. **Ciência, cultura, tecnologia (mesa redonda)**. SEMINÁRIO INTEGRADO E INTERINSTITUCIONAL CIÊNCIA E CULTURA – UNISUL/UNIVILLE/UnC, 6., Palhoça. Unisul, 06 set. 2011a.

\_\_\_\_\_. Qual o papel do estudo científico da linguagem em uma sociedade fundamentalmente midiática? **Entremeios**: revista de estudos do discurso. v.2, n.1, jan. 2011. Disponível em: <<http://www.entremeios.inf.br/published/29.pdf>>. Data de acesso: 15 nov. 2011b.

GILL, R. Análise de discurso. In: BAUER, M, W., GASKELL, G. (editores). **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

JENKINS, H. **Cultura da convergência**. 2. ed. São Paulo: Aleph, 2009.

LÉVY, P. **Cibercultura**. São Paulo: Editora 34, 1999.

MARIANI, B. Discurso e instituição: a imprensa. **RUA - Revista do Núcleo de Desenvolvimento da Criatividade**. Campinas: Editora da Unicamp, n. 5, 1999. p.47-61.

\_\_\_\_\_. Os primórdios da imprensa no Brasil (ou: de como o discurso jornalístico constrói memória). In: ORLANDI, Eni Pucinelli (org.). **Discurso Fundador: a formação do país e a construção da identidade nacional**. 3. ed. Campinas: Pontes, 2003.

MALDIDIER, D. **A inquietação do discurso: (re)ler Michel Pêcheux hoje**. Campinas: Pontes, 2003.

MEDEIROS, R.; DENARDI, C. **CBN Diário: uma luz no apagão**. Florianópolis: Insular, 2007.

ORLANDI, E. P. **Análise de discurso: princípios e procedimentos**. Campinas: Pontes, 1999.

\_\_\_\_\_. Entrevista. In: **Análise de discurso: conversa com Eni Orlandi**. **Teias**, Rio de Janeiro, ano 7, n. °13-14, jan./dez. 2006a. p. 1-7.

\_\_\_\_\_. A contrapelo: incursão teórica na tecnologia – discurso eletrônico, escola, cidade. **RUA** [online]. 2010, n. 16. v. 2. Consultada no Portal Labeurb – Revista do Laboratório de Estudos Urbanos do Núcleo de Desenvolvimento da Criatividade. Endereço eletrônico: <<http://www.labeurb.unicamp.br/rua/>>. Data de acesso: 06 set. 2011.

\_\_\_\_\_. **A linguagem e seu funcionamento: as formas do discurso**. 4. ed. Campinas: Pontes, 2006b.

\_\_\_\_\_. Segmentar ou recortar? In: **Linguística: questões e controvérsias**. Uberaba, MG:



Faculdades Integradas de Uberaba, 1984.

\_\_\_\_\_. Uma tautologia ou um embuste semântico-discursivo. Ainda a propaganda de Estado. Conferência de encerramento. **SEMINÁRIO INTERINSTITUCIONAL DE ANÁLISE DE DISCURSO: DISPOSITIVO TEÓRICO E ANALÍTICO, FILIAÇÕES, DESDOBRAMENTOS E PERSPECTIVAS. HOMENAGEM À ENI ORLANDI**, 1., Campinas. Unicamp, 01 jul. 2011.

\_\_\_\_\_. Vão surgindo sentidos. In: ORLANDI, E. P. (Org.). **Discurso Fundador: a formação do país e a construção da identidade nacional**. 3. ed. Campinas: Pontes, 2003.

PÊCHEUX, M. **O discurso: estrutura ou acontecimento**. 5. ed. Campinas: Pontes, 2008.

\_\_\_\_\_. **Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio**. 4.ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2009.

PIMENTEL, R. M. L. O bizarro da notícia no discurso webjornalístico sobre o bizarro. In: SEAD - SEMINÁRIO DE ESTUDOS EM ANÁLISE DO DISCURSO, 5., 2011. Porto Alegre. **Anais...** Porto Alegre: UFRGS, 2011. Disponível em: <<http://www.discurso.ufrgs.br/anaisdosead/5SEAD/POSTERES/RenataMarcelleLaraPimentel.pdf>>. Data de acesso: 21 dez. 2011.

SARGENTINI, V. M. O. A memória discursiva do tema trabalho. **Revista do GELNE**. v. 2, n. 2, 2000. p. 1-3. Endereço eletrônico: <[http://www.gelne.ufc.br/revista\\_ano2\\_no2\\_38.pdf](http://www.gelne.ufc.br/revista_ano2_no2_38.pdf)>. Data de acesso: 20 nov. 2011.

VIZEU, A. O jornalismo e as “teorias intermediárias”: cultura profissional, rotinas de trabalho, constrangimentos organizacionais e as perspectivas da análise do discurso (AD). In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO DA INTERCOM - SOCIEDADE BRASILEIRA DE ESTUDOS INTERDISCIPLINARES DA COMUNICAÇÃO, 26., Belo Horizonte. **Anais...** Belo Horizonte, Intercom, 2003. Endereço eletrônico: <[galaxy.intercom.org.br:8180/dspace/bitstream/1904/4427/1/NP2VIZEU.pdf](http://galaxy.intercom.org.br:8180/dspace/bitstream/1904/4427/1/NP2VIZEU.pdf)>. Data de acesso: 21 nov. 2011.

WOLF, M. **Teorias da Comunicação**. Lisboa: Editorial Presença, 1985.